



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14949 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

**TENDÊNCIAS COMUNS NA EUROPA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Selma Regina Gomes - FACMAIS - Faculdade de Inhumas

Marlene Barbosa de Freitas Reis - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

## **TENDÊNCIAS COMUNS NA EUROPA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

### Introdução

Este estudo decorre de investigação realizada no âmbito da Agência Europeia para Necessidades Especiais e Educação Inclusiva (Agência), apresenta resultado parcial de pesquisa em andamento em estágio pós-doutoral, que busca delinear um quadro aproximativo dos processos constitutivos e constituintes das práticas de Educação Especial e Inclusão Escolar no Brasil e Europa e refletir de que forma o discurso educacional, em âmbito global, caminha para sustentabilidade da agenda neoliberal. Neste texto, o objetivo é identificar, por meio de balanço documental, processos e práticas inclusivas que representam áreas de interesse comuns na Europa. Busca-se responder ao seguinte questionamento: Que recomendações da Agência refletem as áreas de interesse com relação à inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas?

A pesquisa se orienta por uma abordagem qualitativa apoiada em balanço documental cujo objetivo foi elucidar as recomendações expressas em documentos da Agência para encaminhamentos relacionados à educação especial na perspectiva inclusiva.

Utilizou-se fontes documentais disponibilizadas pela Agência, organização que oferece orientações em matéria de necessidades especiais e educação inclusiva a um grupo de países europeus, com o objetivo de melhorar as políticas e práticas educacionais direcionadas à inclusão escolar. O propósito de trabalhar com os documentos disponibilizados na plataforma da Agência é que os mesmos são aceitos como orientadores por cerca de 31 países da Europa, portanto representativos de políticas e prática de inclusão neste continente.

Esta investigação se justifica pelo fato de que é preciso destacar que as reformas que

aconteceram nas últimas décadas, não foram implantadas de forma natural. O discurso em defesa dos direitos humanos colocou em pauta, em nível global, a questão da atenção a grupos em situação de vulnerabilidade e impôs de maneira geral a urgência de pensar a inclusão como caminho para a construção de uma educação justa e efetiva para todos.

Mittler (2003) sugere a importância da ação reflexiva a respeito da inclusão escolar pontuando desafios para uma inclusão que caminhe para o fim de práticas que reforçam as desigualdades sociais e a exclusão social.

A rua de acesso à inclusão não tem um fim porque ela é, em sua essência, mais um processo do que um destino. A inclusão representa, de fato, uma mudança na mente e nos valores para as escolas e para a sociedade como um todo, porque, subjacente à sua filosofia, está aquele aluno ao qual se oferece o que é necessário, e assim se celebra a diversidade. Embora usemos a linguagem da diversidade, da justiça social e da igualdade de oportunidades, a sociedade em que vivemos está repleta de desigualdades, as quais, por sua vez, refletem-se no sistema educacional (Mittler, 2003, p. 36).

Concientesde que a Inclusão necessita ser refletida permanentemente, espera-se contribuir com o debate crítico sobre a temática, entendendo ser esta uma maneira de levantar questionamentos necessários para o entendimento dos processos referentes à prática de Inclusão educacional, que está direcionando ações em âmbito global.

O artigo está estruturado em duas sessões: a primeira dedicada a apresentar a agência e sua abrangência; a segunda apresenta as tendências comuns na Europa com base em documentos disponibilizados na plataforma da Agência.

#### 1 Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (Agência)

A Agência é uma organização, criada em 1996, que atua como colaboradora na implementação e fortalecimento da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, abrangendo um total de 31 países da Europa com o objetivo de “[...] melhorar as políticas e práticas educacionais dirigidas a alunos com incapacidades e necessidades educativas especiais” (Agência Europeia, 2022, on-line). É cofinanciada pelos Ministérios da educação dos países-membros, Comissão Europeia, com apoio do Parlamento Europeu. Possui um escritório central sediado em Odense, na Dinamarca e outro em Bruxelas, na Bélgica.

Mantém ativa cooperação com organismos internacionais, assumindo orientações contidas nas declarações internacionais que tratam da Educação para Todos, que constituem quadro de referência para o trabalho desenvolvido junto aos países europeus.

O trabalho da Agência envolve coleta de dados, revisão de literatura, monitoramento, desenvolvimento de projetos junto aos países, em busca de desafios e interesses com relação a inclusão na rede regular de ensino. De acordo com esta organização, há uma tendência em toda Europa de tornar os sistemas de ensino cada vez mais inclusivos,

Em todos os países europeus existe o reconhecimento de que a educação inclusiva – ou como se denominou na Carta de Luxemburgo (1996) Uma escola para todos – constitui uma base fundamental para assegurar a igualdade de oportunidades para as pessoas com necessidades educativas especiais em todos os aspectos da sua vida (educação, formação, emprego e vida social). (Agência Europeia, 2003, p. 4)

Portanto, os países europeus associados a Agência, mesmo que tenham contextos diferentes no que diz respeito à inclusão, compartilham de sua visão a respeito do objetivo dos sistemas educativos inclusivos “[...] garantir que todos os alunos, de qualquer idade, tenham oportunidades educativas significativas e de alta qualidade na sua comunidade local, ao lado de seus amigos e colegas” (Agência Europeia, 2022, p. 3).

## 2. Educação Inclusiva: tendências Comuns

### 2.1 Visão Abrangente de Inclusão

A Agência defende uma visão mais abrangente de inclusão, como forma de impulsionar o desenvolvimento de sistemas educativos equitativos para todos alunos. Portanto recomenda uma educação inclusiva orientada

“[...] para o vasto grupo de alunos vulneráveis à exclusão, para além dos identificados com necessidades educativas especiais. Esta perspectiva é consistente com o reconhecimento de que a educação de qualidade para os alunos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares significa educação de qualidade para todos alunos.” (Agência Europeia, 2009, p. 9)

Nesta visão de inclusão o termo necessidades dos alunos é

[...] entendido como uma forma de destacar um requisito para os recursos e/ou apoio escolares sem aplicar um rótulo baseado num fator externo que, de alguma forma, descreve ou tem impacto sobre um indivíduo ou grupo de alunos. A utilização do termo não categórico «necessidades dos alunos» seria uma abordagem **ideal** a adotar pelos países e está de acordo com a posição da Agência sobre sistemas de educação inclusiva (Agência Europeia, 2022, p. 2).

Há uma nítida recomendação com relação ao abandono do modelo médico de interpretação das necessidades dos alunos, em prol de uma abordagem voltada para os direitos. Uma discussão que vem desde o Relatório Warnock, cujo texto propõe que se abandone o paradigma médico pelo educativo como forma de garantir sucesso a todos alunos.

### 2.2 Mudança de Paradigma

Uma visão abrangente de inclusão adota uma abordagem baseada nos direitos e não uma abordagem pautada em categorias, sustentada pelo modelo médico, pois há a compreensão de que o rótulo pode prejudicar o desenvolvimento do aluno e criar barreiras em seu processo de escolarização.

A passagem de uma abordagem categórica, sustentada por um modelo médico no âmbito da educação especial, para uma visão mais normativa, centrada nos direitos de cada aluno independentemente das suas circunstâncias, requer uma mudança no pensamento e cultura educacionais. Num sistema educativo que visa ser equitativo para todos os alunos, a focalização nas categorias de alunos e no apoio individual (**abordagem categórica**) precisa de ser alterada para uma focalização no aumento da capacidade das escolas para responder às diversas necessidades de todos os alunos (**abordagem baseada nos direitos**) (Agência Europeia, 2022, p. 2)

Conforme afirma a própria Agência, os documentos políticos e legais da maioria dos países-membros trazem uma abordagem mais voltada para as necessidades dos alunos, minimizando o processo em termos de recursos e apoios necessários, ou seja, “[...] adotam uma abordagem categórica, sustentada por um modelo médico, para rotular as necessidades dos alunos” (Agência Europeia, 2022, p. 2). Entretanto, reforça que há uma tendência de afastamento de um modelo puramente médico quando a legislação trata de alunos vulneráveis à exclusão.

### 2.3 Políticas e Práticas Inclusivas

Segundo a Agência (2003) existem três tendências de agrupamento de alunos com necessidades especiais na Europa: inclusão de todos alunos no sistema regular de ensino (Chipre, Espanha, Grécia, Islândia, Itália, Noruega, Portugal e Suécia); abordagem múltipla com serviços nos dois sistemas, educação especial e educação regular (Dinamarca, França, Irlanda, Luxemburgo, Áustria, Finlândia, Reino Unido, Latvia, Liechtenstein, República Checa, Estónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e a Eslovênia); dois sistemas distintos, alunos

com necessidades específicas são colocados em escolas especiais ou classes especiais (Suíça, Bélgica). Entretanto, há a indicação de que a maioria dos países sofreu mudanças significativas neste quesito.

### Considerações Finais

Constituiu-se objetivo deste estudo identificar, por meio de balanço documental, processos e práticas inclusivas que representam áreas de interesse comuns na Europa, com o intuito de responder à seguinte pergunta: Que recomendações da Agência refletem as áreas de interesse com relação à inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas? Ao final da leitura dos documentos observou-se que existe uma recomendação relacionada a alguns pontos fundamentais como: concepção de inclusão, políticas e práticas inclusivas, agrupamento de alunos em escolas especiais ou escolas regulares, mudança de abordagem quanto a necessidades especiais, saindo de um modelo médico para um baseado nos direitos.

O perfil traçado a partir destes aspectos demonstra estreita ligação com o projeto global de Educação Inclusiva. O que nos leva a intuir que há por trás do Movimento de Educação para Todos (Educação Inclusiva) um projeto global de sociedade. Considerando a prática educacional no seu sentido totalizante, não há como abordá-la sem inseri-la em um contexto global de ações e relações ideológicas balizadas pela racionalidade neoliberal entranhada em todos os setores da vida contemporânea, principalmente na educação. Aspecto a ser abordado em trabalhos futuros.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Processos. Agência. Europa.

### REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EUROPEIA PARA AS NECESSIDADES ESPECIAIS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em: <https://www.european-agency.org/>. Acesso em 30/04/2024.

AGÊNCIA EUROPEIA. Organização dos Recursos para o Apoio à Educação Inclusiva – Relatório Síntese. Odense, Dinamarca: Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, 2014.

AGÊNCIA EUROPEIA. Definições Legislativas Relativas às Necessidades dos Alunos. 2014. Disponível em: <https://docreader.reciteme.com/doc/view/id/64ef99226f9e8>. Acesso em 30/04/2024.

AGÊNCIA EUROPEIA. Princípios-chave para Educação Especial: recomendações para responsáveis políticos. 2003. Disponível em: <https://docreader.reciteme.com/doc/view/id/65afb21cc95b2>. Acesso em 30/04/2024.

AGÊNCIA EUROPEIA. Princípios-chave para Educação Especial: recomendações para decisores políticos. 2009. Disponível em: <https://docreader.reciteme.com/doc/view/id/61acf3006b5e8>. Acesso em 30/04/2024.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Tradução Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

UNESCO (2004) *Education for All: The Quality Imperative*. EFA Global Monitoring Report 2005. Paris: UNESCO

